

ODR HEALTH SPE S.A.
Informações financeiras intermediárias em
30 de setembro

2025

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias	1
Balanços patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	6
Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias	7

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
ODR Health SPE S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da ODR Health SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações intermediárias trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

São Paulo, 14 de novembro de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

ODR HEALTH SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 e 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	52.305	1.476	Fornecedores	8	1.964	1.985
Impostos a recuperar	4	221	74	Impostos e contribuições a recolher	10	219	18
Outros ativos	5	5.400	-	Partes relacionadas	9	-	951
Total do ativo circulante		57.926	1.550	Total do passivo circulante		2.183	2.954
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	4	1.841	-	Impostos e contribuições diferidos a recolher	11	2.409	-
Adiantamento a fornecedores	5	3.600	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos.	17	104	-
Ativo financeiro	6	17.671	-	Debêntures.	12	67.010	-
Intangível	7	9.034	3.355	Total do passivo não circulante		69.523	-
Total do ativo não circulante		32.147	3.355	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13	20.000	2.001
				Prejuízo acumulado	13	(1.633)	(50)
				Total do patrimônio líquido		18.367	1.951
TOTAL DO ATIVO		90.073	4.905	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.073	4.905

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

ODR HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE TRÊS E NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	01/01/2025 a	01/07/2025 a
	explicativa	30/09/2025	30/09/2025
Receita líquida dos serviços prestados	14	15.253	10.878
Custo de serviço prestado	15	(14.761)	(10.488)
LUCRO BRUTO		492	390
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	15	(467)	(354)
		(467)	(354)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		25	36
Receita financeira	16	2.751	2.306
Despesa financeira	16	(4.255)	(2.983)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(1.504)	(677)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(1.479)	(641)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferido	17	(104)	(74)
		(104)	(74)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.583)	(715)
Resultado por ação, em R\$	18	(0,11)	

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

ODR HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O PERÍODO DE TRÊS E NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2025 a 30/09/2025
Lucro líquido do período	(1.583)	(715)
Resultado abrangente do período	<u>(1.583)</u>	<u>(715)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras

ODR HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital Social			Prejuízo acumulado	Total patrimônio líquido
		Subscrito	A Integralizar	Integralizado		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.871	1.870	2.001	(50)	1.951
Integralização de capital	13	-	(1.870)	1.870	-	1.870
Aumento de capital	13	16.129		16.129	-	16.129
Prejuízo do período		-	-	-	(1.583)	(1.583)
Saldo em 30 de setembro de 2025		20.000	-	20.000	(1.633)	18.367

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

ODR HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/09/2025
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.479)
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Remuneração de ativo financeiro de concessão	6	(191)
Amortização de ativo intangível	7	128
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	12	4.101
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		2.559
Variação no capital circulante:		
Impostos a recuperar	4	(1.988)
Outros ativos e passivos	5	(9.000)
Fornecedores e prestadores de serviços	8 e 22	(1.986)
Impostos a recolher	10	2.610
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(7.805)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	6 e 22	(15.516)
Intangível	7	(5.807)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(21.323)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Partes Relacionadas	9	(951)
Ingresso de Empréstimo e financiamentos	12	62.909
Aporte de Capital	13	17.999
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		79.957
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		50.829
Caixa e equivalentes no início do período	3	1.476
Caixa e equivalentes no final do período	3	52.305
Variação do caixa e equivalentes		50.829

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE TRÊS E NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ODR Health SPE S.A. (“ODR Health”), é uma sociedade anônima de capital fechado e de propósito específico, com sede na Quadra Acne 11, Avenida LO 4, S/N, Conjunto 04, lote 39, Plano Diretor Norte, Palmas - TO. A companhia foi constituída em 15 de outubro de 2024 e detém parceria público - privada com o Governo do Estado de Tocantins que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviços de construção, gestão, operação e manutenção de serviços não assistenciais do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina – HMMDR - Palmas nos termos do Contrato de Concessão nº 02/2025 firmado em 10 de fevereiro de 2025, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia é controlada integralmente pela OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A., a qual, por sua vez, tem como controlador final o fundo BTG PACTUAL INFRA SOCIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES II MULTIESTRATÉGIA.

A Companhia não realizou, para o período findo em 30 de setembro de 2025, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão nº 02/2025, 2025, tem por objeto a construção do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina – HMMDR, bem como a gestão, operação e manutenção dos serviços não assistenciais da unidade.

O perfil hospitalar do HMMDR será voltado para especialidades ginecológicas e obstétricas, abrangendo atendimentos de gestação de risco habitual e alto risco, além de cuidados neonatais. A unidade contará com estrutura para internações e atendimentos ambulatoriais de recém-nascidos até 28 dias de vida, incluindo leitos de UTI Neonatal, Unidade de Cuidados Intermediários Convencionais (UCINCo) e Unidade de Cuidados Intermediários Canguru (UCINCa).

Ao todo, o hospital disponibilizará 210 leitos, distribuídos da seguinte forma: 70 leitos de Alojamento Conjunto; 10 leitos de Alojamento Conjunto para Neonatos Patológicos; 30 leitos de Ginecologia; 20 leitos de Obstetrícia para Gestação de Alto Risco (GAR); 10 leitos de UTI Adulto; 30 leitos de UTI Neonatal; 30 leitos de Cuidados Intermediários Neonatais Convencionais (UCINCo); 10 leitos do Programa Mãe Canguru (UCINCa). Além dos setores de internação, o hospital contará com ambulatorios e demais áreas de apoio, planejadas para oferecer um atendimento humanizado, eficiente e de qualidade aos pacientes e seus familiares.

Em 06 de maio de 2025, foi assinado a Ordem de Início de Serviços da Etapa de Obras, bem como a Data de Eficácia do Contrato de Concessão.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Detalhes sobre as consistências das práticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.5.

Estas informações financeiras intermediárias não incluem todos os requerimentos de demonstrações financeiras anuais e, dessa forma, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Deste modo, estas informações financeiras intermediárias incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Abaixo estão relacionadas certas notas explicativas que não trouxeram alterações relevantes no período, se comparadas com a posição de 31 de dezembro de 2024, e que em virtude disso não estão sendo apresentadas ou estão sendo apresentadas de forma sumarizada.

- Sumário das principais políticas contábeis (Nota 2)

Em virtude de a constituição da Companhia ter sido em 15 de outubro de 2024, não estão sendo apresentadas a demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração de mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo do caixa comparativos.

2.2 Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis divulgadas na nota explicativa 2.5 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das informações financeiras intermediárias, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras intermediárias.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas informações financeiras intermediárias foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares.

2.5 Contratos de concessão - ativo financeiro

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

2.6 Novas normas, alterações e interpretações das normas adotadas pela primeira vez no exercício corrente

As novas normas, alterações e interpretações que passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	30/09/2025	31/12/2024
Bancos	9	6
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	52.296	1.470
	52.305	1.476

(a) As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média de 105% do CDI em 30 de setembro de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	30/09/2025	31/12/2024
PIS/COFINS (a)	1.841	74
IRPJ/CSLL (b)	88	-
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	133	
	2.062	74
Circulante	221	74
Não Circulante	1.841	-

(a) Referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção do Hospital. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários.

(b) O montante corresponde aos impostos pagos antecipadamente por estimativa.

5 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Os saldos de outros ativos podem ser assim demonstrados:

	30/09/2025	31/12/2024
Outros ativos (a)	9.000	-
	9.000	-
Circulante	5.400	-
Não circulante	3.600	-

(a) Montante relativo ao pagamento realizado por antecipação junto a fornecedor do segmento de construção civil, conforme termos acordados entre ambas as partes. Esse pagamento tem como objetivo assegurar o cumprimento das condições contratuais e garantir a continuidade do projeto, e a efetiva prestação dos serviços relativos a esse adiantamento tem a execução esperada ao longo dos próximos 20 meses.

6 ATIVO FINANCEIRO

Saldo em 1 de janeiro de 2025	-
Atualização monetária do ativo financeiro	191
Adições	17.480
Saldo em 30 de setembro de 2025	17.671
Circulante	-
Não Circulante	17.671

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R\$ 17.671 em 30 de setembro de 2025 (R\$0 em 30 de setembro de 2024). Representado pelos valores relacionados a construção do hospital que serão remunerados pelo poder concedente. Os juros e as atualizações monetárias incorridos no período findo em 30 de setembro de 2025 foram de R\$ 191 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2024), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro.

Atualização do ativo financeiro constituído no âmbito da concessão, reconhecida no resultado do período. A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro do mês anterior. O saldo do ativo financeiro é corrigido pela taxa de 8,44% ao ano, em consonância com o Contrato de Concessão.

Adicionalmente o saldo do ativo financeiro será atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão. Vale notar que não houve atualização até 30 de setembro de 2025, uma vez que só ocorrerá quando do primeiro aniversário do contrato, em maio de 2026.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 item 4.1.2.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro.

7 INTANGÍVEL

Em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia celebrou com o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, o contrato de concessão administrativa para construção, gestão, operação e manutenção do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina em Palmas.

Direito de uso de concessão 2025

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.355
Adições (a)	5.807
Saldo em 30 de setembro de 2025	9.162

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Amortização do período	(128)
Saldo em 30 de setembro de 2025	(128)

Direito de uso de concessão 2025

Saldo Residual Líquido

Em 31 de dezembro de 2024	3.355
Em 30 de setembro de 2025	9.034

- a) Refere-se a gastos incorridos, principalmente com consultorias no desenvolvimento e elaboração do projeto para a obtenção da concessão. A amortização será de acordo com o prazo da concessão. Gastos previstos conforme edital.

8 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como não circulante.

	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores – terceiros	1.964	1.985
	1.964	1.985

9 PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

	Relação	30/09/2025	31/12/2024
Contas a pagar			
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	Acionista	-	951
		-	951

- (i) Refere-se ao pagamento de despesas com honorários de assessorias para participar da licitação referente Parceria Pública-Privada de Tocantins.

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os saldos de impostos a recolher podem ser assim demonstrados:

	30/09/2025	31/12/2024
ISS	108	-
PIS/COFINS	27	-
INSS	77	-
Outros impostos	7	18
	219	18
Circulante	219	18

11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS A RECOLHER

	30/09/2025	31/12/2024
PIS/COFINS e ISS Diferidos (i)	2.409	-
	2.409	-
Não circulante	2.409	-

(i) A parcela de impostos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2055. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

12 DEBÊNTURES

Em 30 de abril de 2025 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries no valor total de R\$130.000 (cento e trinta milhões de reais), sendo R\$ 65.000 (sessenta e cinco milhões de reais) referente às Debêntures da Primeira Série e R\$ 65.000 (sessenta e cinco milhões de reais) referente às Debêntures da Segunda Série pelo prazo de 2 anos, custo de DI + 2,25% ao ano, o pagamento ocorrerá em uma única parcela, na data de vencimento (30/04/2027). Os recursos captados por meio da presente Emissão deverão ser utilizados para investimentos e obras de construção, desenvolvimento e aquisições relativas ao Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, a ser construído em Palmas/TO, o que abrangerá o pagamento das despesas e quaisquer gastos relacionados às obras, incluindo seu gerenciamento, e investimentos a serem realizados e quaisquer custos e despesas relativos à aquisição de materiais, elaboração de projetos, emissão de licenças, construção de instalações e aquisição de mobiliários e equipamentos necessários à operacionalização ao Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina.

A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) a escritura de emissão; (ii) os contratos de garantia “alienação de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios”; (iii) o “Instrumento particular de contrato de coordenação e distribuição Pública, sob o rito de registro automático, em regime de garantia firme de colocação, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da ODR Health SPE S.A.”, celebrado entre a Emissora, a Fiadora e determinada instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) o contrato de prestação de serviços de banco depositário “Contrato de Conta Vinculada”, (v) o contrato de conta garantia e os demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da Emissão e da Oferta e (vi) os aditamentos a quaisquer dos documentos mencionados nos itens acima, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

A liquidação integral das debêntures está prevista para ocorrer com recursos oriundos de uma operação de financiamento de longo prazo, atualmente em fase de negociação. A administração entende que há razoável segurança quanto à conclusão desta nova operação, considerando o estágio avançado das tratativas com instituições financeiras.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

O contrato da debênture não prevê covenants específicos atrelados a índices financeiros. No que tange aos covenants não financeiros, a Companhia se encontra adimplente para o período.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período:

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
					30/09/2025	31/12/2024
Debentures	20/04/2025	30/04/2027	100% DI+2,25%a. a	65.000	67.010	-
Não circulante (Principal)					69.101	-
Não circulante (custo emissão debentures)					(2.091)	-
Total					67.010	-

Debêntures	Principal			Juros e encargos		30/09/2025
	31/12/2024	Adições	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas	-	65.000	-	-	-	65.000
Juros Contrato	-	-	-	4.101	-	4.101
Amortização juros contrato	-	-	-	-	-	-
Custo com emissão debentures	-	-	-	(2.091)	-	(2.091)
	-	65.000	-	2.010	-	67.010

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado até 30 de setembro de 2025 é de R\$ 20.000, representado por 20.000.000 de ações, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	30/09/2025			31/12/2024		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	20.000	20.000	100,00%	3.871	3.871	100,00%
	20.000	20.000	100,00%	3.871	3.871	100,00%

O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$1 dividido em 1 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No dia 03 de dezembro de 2024 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social da ODR no montante R\$ 3.870 mediante a emissão de 3.869.852 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), sendo R\$ 2.000 integralizados no exercício de 2024 e R\$1.870 em 2025.

Em 18 de fevereiro de 2025, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 5.656, divididos em 5.656.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social da ODR passou para R\$ 9.527 dividido em 9.526.852 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizados em moeda corrente nacional.

Em 15 de abril de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Companhia em R\$ 10.473, mediante a emissão de 10.473.148 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real). O capital social da Companhia passará de R\$ 9.527 para R\$ 20.000, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente nacional.

14 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	<u>Período de nove meses findo em</u>	<u>Período de três meses findo em</u>
	<u>30/09/2025</u>	<u>30/09/2025</u>
Receita de remuneração do ativo de concessão (i)	182	176
Receita de construção (ii)	17.480	12.412
Total de receitas	17.662	12.588
Impostos diferidos	(2.409)	(1.710)
	(2.409)	(1.711)
Total da Receita Líquida	15.253	10.878

(i) Saldo composto pela parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa 6 – Ativo financeiro.

(ii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC -01 (R1) e OCPC-05.

15 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	<u>Período de nove meses findo em</u>	<u>Período de três meses findo em</u>
	<u>30/09/2025</u>	<u>30/09/2025</u>
Materiais e serviços de obra	(14.761)	(10.487)
Serviços de terceiros	(322)	(227)
Depreciação e amortização	(128)	(128)
Outros	(17)	-
	(15.228)	(10.842)
Custo de serviço prestado	(14.761)	(10.488)
Despesas gerais e administrativas	(467)	(354)

16 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	<u>Período de nove meses findo em</u>	<u>Período de três meses findo em</u>
	<u>30/09/2025</u>	<u>30/09/2025</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.751	2.306
Total de receitas	2.751	2.306
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.101)	(2.855)
Outras despesas financeiras	(154)	(128)
Total das despesas	(4.255)	(2.983)
Resultado financeiro líquido	<u>(1.504)</u>	<u>(677)</u>

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>30/09/2025</u>
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita	104
	<u>30/09/2025</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.480)
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>503</u>
Prejuízo Fiscal	(607)
	<u>(607)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	<u>(104)</u>

Imposto de renda e contribuição social:

Corrente	-
Diferido	(104)
	<u>(104)</u>

Alíquota Efetiva **(7%)**

18 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o período.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação

O cálculo do resultado por ação ponderado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 pode ser assim demonstrado:

Lucro por ação - ponderado:

	<u>30/09/2025</u>
Numerador	
Resultado líquido do período	(1.584)
Denominador (em milhares de ações)	
Média ponderada de número de ações ordinárias	14.957
Resultado por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária - ponderado	<u><u>(0,11)</u></u>

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos a custo amortizado, não apresentam diferença significativa entre seus saldos contábeis e valor justo.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

30/09/2025			
	Valor Contábil		Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	52.305	52.305
Ativo financeiro	-	17.671	17.671
	-	69.976	69.976

30/09/2025

	Valor Contábil			Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Passivos				
Debentures	-	67.010	67.010	69.101
Fornecedores	-	1.964	1.964	.-
	-	68.974	68.974	69.101

31/12/2024

	Valor Contábil		Valor Justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.476	1.476	-
	-	1.476	1.476	-
Passivos				
Fornecedores	-	1.985	1.985	-
Partes Relacionadas	-	951	951	-
	-	2.936	2.936	-

20 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, em bases anuais, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago. Durante o trimestre, não foram identificados indícios que denotassem deterioração da estrutura de capital da Companhia em relação à data auditada de 31 de dezembro de 2024.

(b) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (ver nota explicativa nº 3).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de debentures emitidas.

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Exposição a taxas de juros pré-fixadas</u>		
<u>Ativos</u>		
Ativo financeiro	17.671	-
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	17.671	-
<u>Exposição às taxas de juros pós-fixadas</u>		
<u>Ativos</u>		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	52.296	-
<u>Passivos</u>		
Debêntures	(67.010)	-
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	(14.714)	-
Exposição líquida total a taxas de juros	2.957	-

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 30 de setembro de 2025;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 21 de outubro de 2025, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	30/09/2025	Período até 30 de setembro de 2026				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	14,90%	14,90%	7,45%	11,18%	18,63%	22,35%

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		30/09/2025					
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	52.296	60.088	56.192	58.140	62.036	63.984
		52.296	60.088	56.192	58.140	62.036	63.984
Efeito de ganho (perda)			7.792	(3.896)	(1.948)	1.948	3.896
Passivos financeiros		30/09/2025					
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debênture	Variação CDI	67.010	76.994	72.002	74.498	79.491	81.987
		67.010	76.994	72.002	74.498	79.491	81.987
Efeito de ganho (perda)			(9.984)	4.992	2.496	(2.496)	(4.992)
Efeito de ganho (perda), líquido			(2.192)	1.096	548	(548)	(1.096)

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros.

(c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

	Até 1 ano	Até 2 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)
Debêntures	-	85.993	85.993
Fornecedores	3.464	-	3.464
Passivos financeiros	3.464	85.993	89.457

O quadro acima representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento considerando o cumprimento de cláusulas restritivas.

21 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

30/09/2025				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Axa Seguros S.A	Risco de Engenharia	P-0103478	jul/2025 a jul/2026	280.555
Axa Seguros S.A	Resp. Civil	P-0103120	Jul/2025 a Jul/2026	5.000
				285.555

22 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	30/09/2025	30/09/2024
Adições ao ativo financeiro por meio da contratação de serviços que ainda não foram pagos no período	1.964	-
	1.964	-

23 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas pelo Diretoria de Administração da Companhia em 14 de novembro de 2025.

DIRETOR PRESIDENTE

Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO

Felipe Rodrigues Tonetti

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3